

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.374 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2001

## Audiência pública avalia situação de empresas aéreas

Dirigentes do setor de aviação civil participaram de reunião conjunta da CAE e da Subcomissão de Turismo. Segundo eles, os prejuízos das principais companhias atingiram R\$ 1 bilhão no primeiro semestre

PÁGINA 12

Lafer: Brasil não cogitou enviar tropas para apoiar ofensiva dos EUA



## Senado discute crise e aprova voto de censura ao Afeganistão

O Senado dedicou grande parte da sessão de ontem à crise internacional: aprovou voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão por desrespeito às mulheres e discutiu com o chanceler Celso Lafer a situação criada pelos ataques terroristas aos Estados Unidos.

PÁGINAS 3, 4 E 5

## Acordo com Rússia recebe parecer favorável

Uso de energia nuclear para fins pacíficos, pesquisa espacial e combate ao crime organizado são os principais pontos do acordo aprovado pela Comissão Parlamentar do Mercosul.

PÁGINA 2

Na CCJ, o senador Osmar Dias coordenou a audiência, que teve a participação de representantes da sociedade civil



## Criação de cotas para negros tem aval dos participantes de debate na CCJ

A existência de profundas desigualdades sociais foi o principal argumento apresentado em audiência pública no Senado na defesa de projeto de lei que institui cotas para negros no serviço público, universidades do governo e contratos de crédito educativo.

Ao final dos debates, o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Sebastião Rocha, disse ter identificado pontos que precisam ser alterados na proposta original, de autoria do senador José Sarney.

**Plenário analisa garantia de recursos para regiões pobres**

PÁGINA 10



Proposta de Marina Silva que extingue a contribuição sindical será examinada em audiência pública

**CAS vai examinar fim da contribuição sindical obrigatória**

PÁGINA 9

PÁGINAS 6 E 7

# Aprovado acordo de cooperação com a Rússia na área nuclear e espacial

Decisão ocorreu ontem na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Para o relator, José Fogaça, a medida “permitirá uma aproximação conveniente e oportuna” entre os dois países

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul aprovou ontem o texto do acordo firmado em junho do ano passado entre os governos do Brasil e da Rússia prevendo cooperação no uso da energia nuclear para fins pacíficos, na pesquisa espacial e no combate ao crime organizado. Acordos anteriores, firmados com a ex-União Soviética, tratavam de áreas tradicionais, especialmente comércio.

Presidida pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR), a comissão concordou com o parecer sobre o acordo apresentado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). Segundo Fogaça, “o acerto permitirá uma aproximação conveniente e oportuna” entre os dois



Roberto Requião, presidente da Comissão do Mercosul, ao lado do deputado Paulo Gouvêa

países. O acordo será agora votado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, seguindo depois para o Plenário do

Senado. Os deputados já aprovaram o texto do acordo.

Ao defender o tratado em mensagem ao Congresso, o presidente Fernando Henrique Cardoso sustenta que a proposta prevê o “estímulo ao envolvimento de agências oficiais” no diálogo

entre Brasil e Rússia. O presidente informa ainda que o acordo permitirá ações conjuntas no combate ao crime organizado e

destaca que os dois países trabalharão juntos com vista à não-proliferação e à proscricção de armas nucleares.

Na mesma reunião, deputados e senadores aprovaram o envio de carta aos presidentes do Brasil e da Argentina solicitando que os presidentes das representações dos dois países na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, o senador Roberto Requião e o deputado argentino Carlos Raimundi, participem das próximas reuniões dos presidentes dos países-membros do mercado comum. Eles argumentam que “é preciso fortalecer a participação institucional na busca de soluções num momento delicado para o Mercosul”.

## Superávit ajuda a enfrentar crise, diz secretário

O superávit primário do governo federal de R\$ 23,2 bilhões no período de janeiro a agosto deste ano, superando em 39% (R\$ 6,5 bilhões) a meta estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), será vital para dar ao Brasil um mínimo de tranquilidade para enfrentar a atual crise internacional. Essa foi a tese básica apresentada ontem pelo secretário do Tesouro Nacional, Fábio de Oliveira Barbosa, durante audiência na Comissão Mista de Orçamento. O superávit primário consolidado do governo federal incluindo as empresas estatais foi de R\$ 25,7 bilhões no período.

Fábio Barbosa compareceu à comissão para prestar contas da execução orçamentária do governo relativa ao segundo quadrimestre deste ano.

O senador Amir Lando (PMDB-RO) entendeu que, ao ir além da

meta estabelecida na LDO para o superávit primário deste ano (receitas menos despesas, excetuando-se os encargos da dívida pública), o governo incorreu em crime de responsabilidade. Para ele, decisão de ir além do que determina a LDO somente poderia ser adotada mediante uma lei, e não por meio de decreto, como fez o governo. Para Amir Lando, a “verdadeira obsessão” do governo em busca de resultados primários cada vez mais expressivos vem prejudicando a geração de renda e empregos.

Fábio Barbosa explicou que, na visão do Ministério da Fazenda, as metas de superávit primário fixadas na LDO não foram descumpridas ao serem ultrapassadas, pois não há ali referência de que os limites fixados são os máximos. Faltando três meses para terminar o exercício de 2001, o governo fede-

ral já cumpriu 80% da meta de superávit primário prevista na LDO (de R\$ 29,4 bilhões), para este ano, quanto ao orçamento fiscal, da seguridade social e estatais.

As receitas totais do governo no período de janeiro a agosto de 2001 (orçamento fiscal e da seguridade social) registraram R\$ 137,8 bilhões – R\$ 2,1 bilhões (1,5%) acima do que foi previsto na lei orçamentária. As despesas, previstas em R\$ 86,4 bilhões, atingiram somente R\$ 80,9 bilhões no período. As transferências para estados e municípios, previstas em R\$ 26,7 bilhões,

chegaram a R\$ 28,3 bilhões, basicamente por conta do aumento na arrecadação do Imposto de Renda.

As despesas com pessoal e encargos sociais ultrapassaram em 6,4% o previsto, atingindo R\$ 42,1 bilhões (o previsto era R\$ 39,5 bilhões).



Fábio Oliveira Barbosa (D), na Comissão de Orçamento: superávit primário dará tranquilidade ao Brasil



### AGENDA

QUINTA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

10h – Recebe o embaixador da Bélgica, Jean Michel Veranneman  
10h30 – Recebe delegação da Duma Estatal da Assembléia Federal da Rússia  
11h – Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal  
15h – Recebe o dr. José Quirino  
16h – Recebe o embaixador do Líbano, Ishaya El Khoury  
20h – Participa de jantar na residência do senador Lindberg Fery

#### PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Requerimento nº 516/01, solicita seja levada ao conhecimento do governo brasileiro a posição do Senado Federal no sentido de que a política externa brasileira, em face dos acontecimentos do dia 11 de setembro deste ano, busque encorajar as nações amigas quanto a precipitados atos de retaliação contra populações inocentes, a ensejar graves desdobramentos para a paz mundial e o destino da humanidade; votação, em primeiro turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 20/01, altera redação do artigo 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição federal (dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados); Mensagem nº 192/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Carlos Alberto Ferreira Guimarães para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Nigéria; Mensagem nº 198/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Celso Luiz Nunes Amorim para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; Mensagem nº 199/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Luiz Felipe de Seixas Corrêa para exercer a função de embaixador-chefe da Delegação Permanente do Brasil em Genebra; e PLC nº 2/2000, dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária.

#### COMISSÕES

10h – CPI do Futebol  
Pauta: Depoimento do presidente do Conselho Fiscal do Vasco da Gama, Geraldo Teixeira da Silva. Ala Senador Nilo Coelho, Sala 2

11h – Comissão Mista da MP nº 2.196-3/2001, estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – Emgea  
Pauta: Instalação da comissão e discussão da matéria. Ala Senador Alexandre Costa, Sala 7

#### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## O QUE ELES DISSERAM

*“A milícia talibã do Afeganistão mergulhou o país num apartheid que banuiu as mulheres do mercado de trabalho, classificando-as como seres subumanos.”*

**Tião Viana**



*“Apresentar voto de censura não é interferir nos assuntos internos do Afeganistão, porque os direitos humanos são tema que transcende fronteiras.”*

**Emilia Fernandes**



*“O foro mais adequado para esse tipo de moção de censura deveria ser a Organização das Nações Unidas.”*

**Leomar Quintanilha**



*“A moção é desaconselhável e extemporânea. Quem garante que a milícia talibã ainda continuará no poder?”*

**Carlos Patrocínio**



*“O voto de censura é permanentemente válido, porque o governo do Afeganistão agride as mulheres desde que subiu ao poder.”*

**Lúdio Coelho**

# Senadores censuram Afeganistão por desrespeito às mulheres

Conforme requerimento de Tião Viana, Senado deve manifestar indignação dos brasileiros em relação aos maus-tratos e humilhação a que são submetidas as mulheres naquele país

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para que o Senado formule um voto de censura ao governo fundamentalista do Afeganistão, manifestando a indignação dos brasileiros em relação ao flagrante desrespeito às mulheres, submetidas a maus-tratos e humilhações pelo regime talibã.

Ao encaminhar o requerimento, Tião Viana lembrou que sua moção de censura ao Talibã nada tem a ver com os atentados terroristas aos Estados Unidos, nem tampouco está vinculado ao impasse bélico norte-americano com o governo do Afeganistão.

Na verdade, o requerimento visa condenar a milícia fundamentalista que, desde que tomou o poder no Afeganistão, mergulhou o país numa espécie de *apartheid* que banuiu as mulheres do mercado de trabalho, clas-



Proposta de Tião Viana foi apresentada no ano passado

sificadas como seres subumanos. A proposta data do ano passado e foi acolhida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no primeiro semestre.

Para a senadora Emilia Fernandes (PT-RS), o Brasil não pode silenciar sobre essa agressão às mulheres,

feita pelo “regime fascista e opressor” do Talibã, desrespeitando os direitos mais fundamentais do ser humano. “Não se trata, de maneira alguma, de interferência nos assuntos internos do Afeganistão, porque a defesa dos direitos humanos é tema que transcende as fronteiras dos Estados”, disse.

O senador Leomar Quintanilha (PTB-TO) reafirmou sua repulsa ao comportamento discriminatório do governo do Afeganistão em relação às mulheres, mas ponderou que o foro mais adequado

para este tipo de moção de censura deveria ser a Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), que deu voto contrário, a moção é desaconselhável e extemporânea. A seu ver, quando foi apresentada, no ano passado, talvez fosse pertinente, mas, depois dos atentados terroristas aos Estados Unidos, não é mais. “Quem garante que a milícia talibã continuará no poder no Afeganistão? Será que nada mudará, depois da reação norte-americana? Devemos esperar para ver”, argumentou.

O relator da moção na CRE, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), contestou os argumentos de Carlos Patrocínio afirmando ser o voto de censura permanentemente válido, uma vez que o regime fundamentalista do Afeganistão, desde que subiu ao poder, não respeita a mulher, agredindo um dos direitos mais fundamentais da humanidade.

## Risco de retaliação contra civis gera debate

O Senado também debateu requerimento da senadora Heloísa Helena (PT-AL) solicitando que a Casa informe o governo brasileiro a respeito de sua posição favorável a que a política externa brasileira busque desencorajar nações amigas a levarem adiante atos de retaliação contra populações inocentes, face aos atentados terroristas do dia 11 de setembro. A votação ficou para a sessão de hoje.

Ao encaminhar o requerimento, Heloísa Helena disse que o terrorismo “é um ato abominável, que destrói vidas e nada constrói”. Ela observou, no entanto, que “deve ser desencorajado o massacre de populações inocentes, especialmente no Afeganistão, onde a pobreza está levando milhões de mulheres e crianças a fugirem da fome e da opressão, numa situação de calamidade que atos de guerra irão aumentar ainda mais”.

Para o senador Tião Viana (PT-AC) ações de guerra não podem contar com o apoio do governo brasileiro. A diplomacia brasileira, segundo ele, deve insistir em ações pacíficas e negociação para conseguir que os responsáveis pelos atos terroristas sejam descobertos

e punidos.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comparou o primitivismo dos talibãs aos excessos cometidos pela Santa Inquisição da Igreja Católica, até o século XVIII. Ele ressaltou que isso não quer dizer que se deva justificar os ataques aos Estados Unidos.

Ao contrário, disse o senador, é preciso “reprovar o machismo do regime talibã, mas também condenar qualquer aventura do Brasil ao lado de ações de guerra dos países desenvolvidos da América do Norte ou Europa”.

Segundo a senadora Marina Silva (PT-AC), ações terroristas não podem servir de justificativa para atos violentos contra populações inocentes. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) lembrou que os interesses do complexo industrial-militar dos Estados Unidos estão querendo guerra para tirar o país da recessão, como aconteceu na 2ª Guerra Mundial.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o governo norte-americano não está agindo precipi-



Heloísa: deve ser desencorajado massacre de inocentes

tadamente. Ao contrário, suas ações têm sido comedidas e responsáveis, envidando pressões diplomáticas para que o governo do Afeganistão entregue Osama bin Laden para ser julgado. “Os talibãs se negam e o impasse está criado, mas ninguém pode querer que Osama saia impune dessa situação”, disse.

Já o senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou que o regime talibã do Afeganistão é a ditadura mais cruel do mundo de hoje. Ele entende que é preciso punir exemplarmente os responsáveis pelos atos terroristas. “Nós também fomos atingidos: houve mortos brasileiros no World Trade Center; 50 mil já perderam seus empregos no Brasil e muitos outros serão atingidos pela recessão econômica”, argumentou.

O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), disse que os objetivos principais do requerimento são simples: manifestar repúdio ao terrorismo e desencorajar retaliação violenta.

## O QUE ELES DISSERAM

*“Devemos desencorajar massacre de populações inocentes, especialmente no Afeganistão, onde milhões já estão morrendo de fome.”*

**Heloísa Helena**



*“Vamos reprovar o machismo do regime talibã, mas condenar, também, qualquer aventura do Brasil ao lado de ações de guerra dos Estados Unidos.”*

**Roberto Requião**



*“Os interesses do complexo industrial-militar dos Estados Unidos estão querendo guerra para sair da recessão, como aconteceu na II Guerra Mundial.”*

**Geraldo Cândido**



*“O regime talibã faz terrorismo de Estado, sendo a ditadura mais cruel do mundo de hoje. É preciso buscar os responsáveis pelo terrorismo e puni-los.”*

**Gerson Camata**

# Lafer: governo não cogitou envio de tropas

Ministro das Relações Exteriores expôs ontem, no Plenário, a posição brasileira diante dos ataques terroristas aos Estados Unidos. Lembrou que emprego das Forças Armadas depende de autorização do Congresso

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao expor ontem, no Plenário, a posição do Brasil diante dos ataques terroristas desferidos contra os Estados Unidos no dia 11 de setembro, informou que em nenhum momento o governo federal cogitou ou se comprometeu a enviar tropas para apoiar uma resposta contra os atentados.

— Desnecessário lembrar que, se fosse eventualmente cogitado o emprego de força armada brasileira — o que, repito, não é o caso —, seria necessária a autorização do Congresso Nacional — explicou.

A invocação do Tiar e as demais ações diplomáticas assumidas pelo governo brasileiro após o ataque, segundo o ministro, foram baseadas no princípio constitucional que considera o terrorismo crime inafiançável e insuscetível de anistia, respondendo por eles seus mandantes, executores e os que se omitiram quando poderiam evitá-lo.

— O repúdio ao terrorismo, valor consagrado em nossa ordem interna e projetado em nossa ação externa, é, acima de tudo, fruto da autonomia. Aqui, a liberdade coincide com a esfera do obrigatório, sendo

exercida com obediência à própria lei. Não há na ação diplomática brasileira alinhamentos provenientes da heteronomia de uma norma imposta por outros — afirmou.

Entre outras medidas tomadas pelo governo brasileiro após o atentado, Celso Lafer destacou a correspondência enviada pelo presidente Fernando Henrique Car-



Depois de recebido pelo presidente do Senado, Ramez Tebet (à direita), Celso Lafer, acompanhado por senadores, dirige-se ao Plenário da Casa

do ao presidente George W. Bush, a decretação de luto e a prestação de assistência e apoio a cidadãos brasileiros nos EUA, inclusive com uma central de atendimento 24 horas para atender aos pedidos de informação e de localização de desaparecidos.

Lafer também registrou as inicia-

tivas tomadas com o objetivo de reforçar a segurança interna e prevenir atos terroristas em território brasileiro. Ele mencionou o controle mais rigoroso nos aeroportos, fiscalização de operações financeiras que possam estar ligadas ao terrorismo e vigilância contra a hipotética presença de pessoas vinculadas a atividades terroristas no Brasil.

## Brasil apóia criação de Estado palestino

Ao responder aos questionamentos do senador Jefferson Péres (PDT-AM), o ministro Celso Lafer afirmou que o Brasil é favorável à criação de um Estado palestino, que precisaria ser reconhecido por Israel. Na opinião de Lafer, o Oriente Médio é uma das regiões mais complicadas do mundo e é preciso uma ação internacional para



Jefferson lembrou atuação dos EUA no conflito israelenses-palestinos

construção da paz naquela área. Jefferson Péres afirmou que o terrorismo não tem cabeça, mas tem raízes, destacando que a origem dos atentados ocorridos nos Estados Unidos no último dia 11 podem estar na atuação política dos EUA no conflito entre israelenses e palestinos.

Lafer explicou que, logo após os

atentados, o governo brasileiro pediu aos americanos moderação na retaliação. A atitude mais efetiva foi a reunião do Conselho de Segurança Nacional e telefonema do presidente Fernando Henrique Cardoso ao presidente norte-americano, George W. Bush, em que o chefe de Estado brasileiro pediu que a reação dos EUA fosse proporcional ao ataque.

Sobre o escritório que o serviço secreto americano está instalando em São Paulo para investigar crimes financeiros, ele disse que se trata de um acordo de reciprocidade.

## Tuma defende polícia nas investigações

No debate com o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu o predomínio da polícia de investigação sobre a polícia da violência. O senador lembrou que os Estados Unidos, com todo seu poderio bélico, teve de recorrer à polícia de inteligência para dar os primeiros passos de investigação no caso do atentado ao World Trade

Center e ao Pentágono.

Tuma, que foi diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, disse que deve-se incentivar acordos entre países em casos em que uma nação não tenha condições de atuar sozinha na investigação. O senador esclareceu que a instalação de um escritório dos chamados adidos policiais no país não atenta contra a soberania nacional. Tuma lembrou que o Brasil

também tem seus adidos em alguns países. Ao concordar com a exposição do senador, Lafer informou que foi a existência de um adido na Colômbia que permitiu a prisão do traficante Fernandinho Beira-Mar.



Adidos policiais não atentam contra soberania, afirmou Tuma

## Viana questiona ministro sobre intervenção militar

O senador Tião Viana (PT-AC) indagou do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, se o presidente Fernando Henrique, ao dizer que o Brasil utilizaria “todos os esforços” para combater o terrorismo, referia-se também a alguma intervenção militar.

Em longa indagação, o representante do Acre citou o cientista político Samuel Huntington, que previu um “choque de civilizações”, e não de uma guerra entre nações. O parlamentar fez também várias referências à escritora Hannah Arendt, para quem o terror é a forma de governo que advém quando a violência toma o poder e permanece nele com controle total.

Para o ministro, a ideia de Huntington traz um efeito negativo, já que o choque de civilizações significaria “a impossibilidade do di-

álogo, a ideia do solipsismo” (conforme o dicionário *Aurélio*, doutrina filosófica segundo a qual a única realidade no mundo é o eu). Para ele, o grande desafio do pluralismo está na metáfora da Torre de Babel, quando a existência de diversas línguas impôs a existência de tradutores.

— A ideia de tradução é, no fundo, a ideia do diálogo. É nessa linha que procuro conduzir a política externa brasileira — afirmou o ministro.

Celso Lafer agradeceu a congratulação feita por Tião Viana pela conduta do governo brasileiro ao determinar a quebra da patente de medicamentos contra a Aids. Segundo o senador, o governo agiu com coragem e “conseguiu um resultado extraordinário na manutenção das políticas públicas brasileiras”.



Viana quis saber se Fernando Henrique defendeu ação militar

## Hugo Napoleão ressalta ineditismo dos ataques

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) ressaltou ontem o ineditismo do ataque realizado por terroristas, em 11 de setembro, nos Estados Unidos, e pediu que o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, falasse sobre o assunto.

Lafer comentou que, por mais insensato que tenha sido o período em que o mundo se via dividido pela bipolaridade União Soviética/Estados Unidos, as relações se baseavam na racionalidade dos atores, que operavam num campo diplomático delimitado pela ameaça das armas de destruição em massa. Para o ministro, terão que ser novamente analisadas todas as antigas estratégias de guerra depois dos atentados terroristas em Nova York e Washington.

— Nos atentados foram usadas armas *low tech*. Foi um ataque baseado em avi-

ões e seres humanos, com larga escala de mortos. Isso coloca tudo sobre um novo ângulo, em que o controle do espaço é uma reflexão importante e também as novas formas de comunicação que permitiram a articulação dos ataques — analisou.

Sobre o requerimento, aprovado ontem no Senado, apontando a indignação dos brasileiros pela forma como o regime talibã trata as mulheres afgãs, o ministro afirmou que o documento expressa o sentimento da Casa. Destacou ainda que, devido ao desconforto internacional pela situação do país, o Brasil não mantém relações diplomáticas com o Afeganistão.



Napoleão solicitou que Lafer comentasse os ataques terroristas nos EUA

## Alcântara pergunta como validar resoluções da ONU

Ao interpellar o ministro das Relações Exteriores, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) indagou o que o Brasil deve fazer para dar validade legal à resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) que estabelece uma série de providências com objetivo de combater o terrorismo. O senador lembrou que, ao contrário de outros países, o Brasil não incorpora automaticamente em sua legislação as resoluções de organismos internacionais.

Lafer respondeu que o procedimento brasileiro mudou e recordou resolução de 1992 da ONU que estabelecia sanções contra a Líbia. Segundo ele, à época o que se fazia era o seguinte: o governo editava um decreto respaldando a resolução e publicava em anexo seus termos.

Para mostrar a mudança de orientação jurídica, o ministro citou outra resolução da ONU, de fevereiro deste ano, que já trazia restrições ao Afeganistão e ao grupo de Osama bin Laden. Na ocasião,



Alcântara: não se pode prescindir de convivência solidária

não mais se reproduziu a resolução, mas colocaram-se seus termos de forma coerente com o ordenamento jurídico nacional. O ministro acrescentou que, como a resolução da ONU é compatível com a Constituição brasileira, não vê maiores problemas para que ela seja respaldada.

Alcântara perguntou também se os atentados terroristas irão fortalecer os organismos multilaterais, já que se provou que “um país, por mais armado que seja, não pode prescindir de convivência solidária com os demais povos”. O ministro concordou que não são mais possíveis ações isoladas.

O senador ainda questionou se não seria hora de se regulamentar a lei já aprovada que permite abater em território nacional aeronaves não identificadas. Mas o ministro disse que o tema é complexo e afeito a outras áreas do governo, como o Ministério da Defesa, e por isso se sentia “pouco habilitado” a dar uma resposta precisa.

## Saturnino: fortalecimento das Nações Unidas é indispensável

A revitalização da Organização das Nações Unidas (ONU) é imprescindível para uma paz duradoura, disse o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), durante o debate com o ministro Celso Lafer. Saturnino disse que os atentados nos Estados Unidos podem trazer como resultado positivo uma valorização da ONU, que, segundo ele, vem perdendo substância em decorrência da hegemonia norte-americana.

— É possível que haja uma certa revitalização da ONU, que os Estados Unidos, fiados no seu poderio e hegemonia, estavam colocando em certo desapeço — disse.

O senador entende que o combate ao terrorismo não deve ser tratado como uma questão ocidental, mas sim como de interesse da Humanidade. E a ONU, avalia Saturnino, é a única entidade que tem credenciais para encami-



Saturnino: combate ao terrorismo interessa a toda Humanidade

nar a solução do problema. Outra consequência dos acontecimentos em Nova York e Washington, para o senador, deve ser o esforço pela paz entre palestinos e judeus.

— Dessa tragédia repudiável, com perda de milhares de vidas humanas, pode resultar um acordo definitivo de paz no Oriente Médio, que poderia ter resultado de uma ação mais eficaz de manifestação de vontade dos Estados Unidos — afirmou.

Lafer demonstrou a esperança na revitalização da ONU. A paz no Oriente Médio, disse ele, é do interesse dos Estados Unidos e da Humanidade, e passa pela construção de um Estado palestino e da paz desse Estado com Israel.

— Há expectativa real de revitalização da ONU. O fato de os Estados Unidos terem pago suas contribuições atrasadas com a entidade indica isso — comentou.

Dutra pediu esclarecimentos sobre prejuízos ao Brasil



## Escritório de serviço secreto preocupa Dutra

O senador Eduardo Dutra (PT-SE) questionou o ministro Celso Lafer sobre a natureza do trabalho que será desenvolvido pelo escritório do serviço secreto norte-americano que será instalado em São Paulo. Lafer explicou que desde 1984 o serviço secreto americano investiga fraudes econômicas, e a instalação do escritório no Brasil faz parte de acordo que objetiva a cooperação na área penal internacional.

Além disso, continuou o ministro, o escritório atende ao princípio da reciprocidade, uma vez que o Brasil mantém um adido fiscal na embaixada brasileira em Washington, que trabalha em consonância com a lei e as autoridades americanas na obtenção de informações sobre crimes e fraudes fiscais transnacionais.

Dutra também perguntou sobre a invocação do artigo 3º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que entende um ataque estrangeiro a um país americano como ataque a todos os países americanos. Ele ainda pediu esclarecimentos sobre os possíveis prejuízos que o Brasil pode sofrer em relação ao Tiar a partir da iniciativa do Congresso americano de permitir ao presidente George Bush o Trade Promotional Authority, e como o governo brasileiro avalia medida do governo americano ao classificar alguns países como irresponsáveis.

Lafer lembrou que antes de invocar o artigo 3º, conversou com todos os ministros de Relações Exteriores dos demais países americanos e houve o consenso de que a iniciativa era apropriada. Ele também explicou que o Brasil não tem a mesma visão dos EUA em relação aos “países irresponsáveis” e que está aberto a uma reavaliação, bem como a relações comerciais com outros países do Oriente Médio.

Dutra indagou ainda sobre as provas da participação de Osama Bin Laden nos atentados terroristas. Lafer disse que os elementos apresentados pelos Estados Unidos são “bastante convincentes”.

## Távola: fronteiras nacionais já não constituem barreiras

As relações entre a nova ordem mundial, expressa no fenômeno da globalização, e fatores transnacionais como a força da mídia, os grandes aglomerados financeiros e forças destrutivas, como o narcotráfico e o terrorismo foram o tema



Távola: surgem novas dinâmicas, como a mídia e o sistema financeiro

do debate travado pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e o senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

Távola lembrou que recentemente as fronteiras nacionais deixaram de constituir barreiras, acrescentando novas dinâmicas para o entendimento do mundo.

Essas dinâmicas, disse o senador, envolvem fatores transnacionais como a mídia, os aglomerados econômicos e o sistema financeiro, “e forças deletérias, como o narcotráfico e o terrorismo”.

O ministro salientou que o sistema internacional, até a queda do Muro de Berlim, foi engessado por polaridades. O fim da Guerra Fria tornou as polaridades indefinidas, com a existência de uma superpotência. Na avaliação do ministro, a primeira parte dos anos 90 foi marcada pela expectativa de um mundo melhor. A segunda metade, continuou Lafer, registra mudança nesse quadro.

## Suplicy quer saber o que governo faz sobre imigração

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao ministro Celso Lafer como o governo brasileiro está se preparando para as medidas americanas que limitam a movimentação de pessoas e a imigração. Lafer disse que esse é um problema que



Suplicy indaga a respeito de manobras de porta-aviões

tende a se tornar mais difícil e mais penoso devido aos atentados terroristas. Ele lembrou que o presidente mexicano, Vicente Fox, estava finalizando um acordo com o presidente americano George W. Bush para regularizar a situação de milhares de mexicanos que residem nos Estados Unidos, mas os ataques terroristas paralisaram as negociações e podem reverter a intenção inicial. Lafer disse ain-

da que os brasileiros que estão ilegalmente nos EUA também sofrerão com as novas restrições.

Suplicy quis saber o que faz exatamente o adido fiscal brasileiro em Washington e qual a natureza das manobras do porta-aviões americano Nimitz na costa brasileira. Lafer explicou que o adido fiscal brasileiro coleta informações sobre crimes e fraudes fiscais em consonância com autoridades americanas e de acordo com a lei americana. Em relação ao Nimitz, o ministro disse que o Ministério das Relações Exteriores não tem responsabilidade direta na operação, mas sim o Ministério da Defesa e a Marinha brasileira.

## Tebet realça papel da diplomacia brasileira

Em nome do Senado Federal, o presidente da Casa, Ramez Tebet, agradeceu a presença do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, e disse estar convicto de que o governo brasileiro está olhando para o mundo e defendendo o Brasil.



Ramez Tebet acredita que governo está olhando para o mundo

Em seu discurso, realizado na

noite de ontem, ao final da exposição do ministro sobre a posição do governo brasileiro em relação aos últimos acontecimentos internacionais depois dos atentados ocorridos nos Estados Unidos, o senador disse que os esclarecimentos do ministro engrandecem a diplomacia brasileira.

# Debatedores defendem cotas para negros

Os participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça foram unânimes no apoio ao projeto de lei que garante o acesso da população negra à universidade, serviço público e crédito educativo

Os participantes da audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foram unânimes na defesa de políticas de ação afirmativa como forma de compensar a exclusão social a que os negros foram historicamente submetidos no Brasil. A audiência foi realizada para instruir o projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui cotas para negros nas vagas abertas no serviço público, universidades públicas e contratos de crédito educativo.

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, apresentou indicadores (veja quadro ao lado) que apontam a existência de profundas desigualdades sociais desfavoráveis aos negros. Ele também revelou que a melhoria em índices sociais, como a escolaridade, por meio de políticas públicas universais bem implementadas, não tem levado a uma convergência entre os indicadores de brancos e negros. Como exemplo, Martins relatou que a redução do trabalho infantil tem sido maior entre crianças brancas que entre as negras.

— Existem evidências da necessidade de políticas de ação afirmativa. É preciso dar tratamento desigual a quem tem condições desiguais. A livre ação das forças de mercado não está corrigindo as desigualdades. Precisamos propor políticas para que as injustiças herdadas do passado sejam superadas — disse o presidente do Ipea.

Ele afirmou ainda que, apesar de os Estados Unidos e a África do Sul, por exemplo, demonstrarem mais expressões de segregação e ódio racial que o Brasil, nesses países as desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros não são tão grandes como aqui.

Roberto Borges Martins rebatou o argumento de que a definição de cota para um segmento da população é inconstitucional. A reserva de vagas para deficientes, por exemplo, já está implantada, afirmou. Ele lembrou ainda que nos colégios militares é dada preferência nas matrículas para os filhos de militares.

Para o presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura, não há dúvidas de que existe ra-



O debate com estudiosos e defensores da causa negra foi presidido pelo senador Osmar Dias (C)

cismo e discriminação no Brasil. Ele citou o fato de não serem encontrados negros, na mesma proporção populacional, entre os parlamentares, nos altos escalões do governo e das Forças Armadas, em universidades e na Igreja Católica.

— Sem a inclusão dos negros, a nossa democracia não estará completamente efetivada — afirmou Carlos Moura.

HERÓIS

A representante do Instituto Axé Ilê Obá, de São Paulo, Mãe Sylvia de Oxalá, disse que os descendentes de africanos sofrem

diversos tipos de discriminação, inclusive nas escolas, onde os livros didáticos apresentam os negros e sua cultura de maneira distorcida.

— Na escravidão, nações foram divididas e a comunicação entre os próprios negros era impedida. Fomos heróis, pois, apesar do desastre de 400 anos de escravidão, sobrevivemos e mantivemos nossas tradições. Existe preconceito, sim, e existem situações odiosas. A criação de cotas de ação afirmativa seria simplesmente uma forma de ressarcimento aos negros — afirmou.

## “Passo importante para reparar perversidades”

A secretária-executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Dulce Pereira, afirmou durante a audiência na CCJ que a aprovação de um projeto sobre cotas chegará com pelo menos 100 anos de atraso, mas “é um passo importante para que as perversidades cometidas contra os negros no passado, principalmente na República, sejam reparadas”. Ela ressaltou que, ao oferecer oportunidades aos negros, o Brasil sairá ganhando, inclusive economicamente.

O diretor do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), Aurélio Hauschild, que participou da audiência pública representando o Ministério da Educação, sugeriu

que, além da reserva de contratos de financiamento para estudantes negros, o projeto de lei garanta cotas também nas bolsas de estudos que as entidades educacionais filantrópicas são obrigadas a conceder.

A proposta foi bem recebida pelos participantes da audiência, e o relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), indicou que poderá incluir o dispositivo entre as alterações que deve sugerir ao projeto. Hauschild declarou ainda que o Ministério da Educação vê o projeto com simpatia e, em caso de aprovação, vai tratar de regulamentar a lei o mais rapidamente possível, com base em experiências já existentes em outros países.

### O Brasil e a escravidão

• O Brasil foi o último país ocidental a abolir a escravidão e o penúltimo a acabar com o tráfico de escravos africanos

• O país foi o maior importador de escravos africanos da história, tendo recebido **40%** dos cerca de **10 a 12 milhões** de negros egressos da África. Esse percentual é maior que o dobro do segundo colocado na lista

• O Brasil tem a **segunda** maior população de origem africana no mundo, ficando atrás apenas da Nigéria

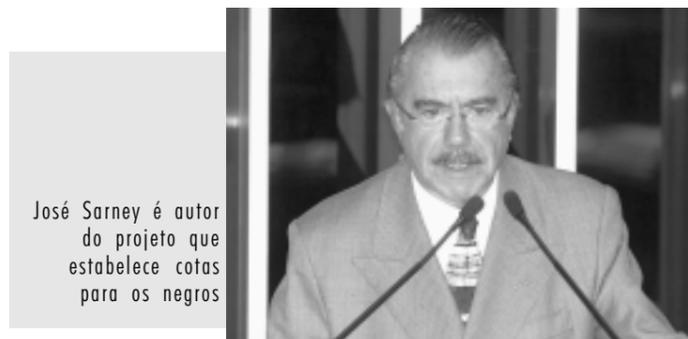
Fonte: Roberto Borges Martins, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## Proposta contribui para um país melhor, diz Osmar Dias

Ao final da audiência pública que discutiu a adoção de políticas de ação afirmativa que beneficiem os negros, o vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Osmar Dias (PDT-PR), que presidiu a reunião, afirmou que o colegiado presenciou ontem um momento histórico ao analisar “uma das propostas mais importantes que já passou pelo Congresso Nacional”. Ele elogiou a iniciativa do senador José Sarney, autor do projeto que reserva vagas para negros no serviço público e em universidades.

— Tomamos hoje um passo muito importante para a construção de um país melhor — afirmou Osmar Dias.

O relator do projeto, senador Sebastião Rocha, ressaltou a importância da proposta apresentada por Sarney. O presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura, entre outros participantes da audiência pública, também destacou a atuação do ex-presidente da República em favor dos negros. Ele recordou que foi no governo Sarney que a fundação, ligada ao Ministério da Cultura, foi criada.



José Sarney é autor do projeto que estabelece cotas para os negros

**A exclusão social dos negros em números**

- Os negros têm uma remuneração média cerca de **49%** inferior à dos brancos
- O percentual de analfabetos entre os negros é **2,5** vezes maior que o percentual entre os brancos
- O percentual da população negra que completou **15** ou mais anos de estudo é **cinco** vezes menor que o percentual na população de brancos
- A escolaridade média dos brancos é cerca de **50%** superior à dos negros, o que explica o fato de a taxa de desemprego entre os negros ser maior que entre os brancos
- As taxas de mortalidade infantil, de gravidez precoce e de doenças e o número de vítimas de violência são maiores entre os negros

Fonte: Roberto Borges Martins, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## Relator anuncia que vai propor alterações no projeto sobre cotas

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que reserva vagas no serviço público e nas universidades para a população negra, anunciou ontem que vai propor alterações na matéria. Rocha, que havia apresentado relatório sugerindo a aprovação do projeto sem alterações, disse ter identificado durante a audiência pública diversos pontos em que a proposta pode ser alterada.

Apesar de não considerar políticas compensatórias ou de ação afirmativa soluções estruturais, o relator entende que elas são capazes de corrigir desigualdades e dar oportunidades a grupos que estejam em desvantagem na sociedade. "As desigualdades são evidentes e merecem soluções de discriminação positiva para serem amenizadas", disse.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que não são necessárias estatísticas para identificar a exclusão social dos negros, pois a desigualdade social, na sua opinião, "está na cara". Ele defendeu a adoção de medidas para acelerar o processo de inclusão dos



Sebastião Rocha decidiu por mudanças no projeto após audiência pública

negros, apesar de fazer restrições ao projeto em discussão.

O senador disse ter receios sobre a sua aplicabilidade, pois, no Brasil, é difícil a definição de um critério que distinga um negro de um mestiço. Ele também defendeu que a proposta incluía uma variável que leve em consideração a renda da pessoa que deva ser incluída entre os que podem ocupar as vagas reservadas.

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Borges Martins, afirmou que a questão operacional pode ser solucionada, pois a decisão conceitual antecede a

definição de como a ação afirmativa seria aplicada. Ironicamente, ele disse que a polícia sabe distinguir muito bem os negros do restante da população.

Jefferson sugeriu ainda que o estabelecimento de cotas não se limite aos negros. Ele lembrou que no Amazonas os índios serviram como escravos e também sofrem com a exclusão social.

Para resolver essa questão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou emenda ao projeto de Sarney, incluindo os descendentes de indígenas entre os beneficiados do sistema de cotas. Roberto Martins e a secretária-executiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, Dulce Pereira, concordaram com a necessidade de os índios serem atendidos, mas acreditam que, por terem especificidades e uma população muito

menor que a dos negros, um outro projeto de lei deveria ser proposto para incluir os indígenas.

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES), que é presidente da Comissão de Educação (CE), acompanhou a opinião dos palestrantes, por acreditar que a política de ação afirmativa diminui os prazos de inclusão da população negra na vida política e econômica do país.

Único senador negro, Geraldo Cândido (PT-RJ) recordou que o projeto acompanha outros já aprovados na Casa, como a proposta do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que reserva 50% das vagas das universidades públicas para estudantes de escolas públicas. Projeto semelhante, aplicável às universidades estaduais do Rio de Janeiro, foi sancionado recentemente pelo governador fluminense, Anthony Garotinho, disse o senador. Cândido defendeu a criação de um fundo para a reparação dos danos causados aos negros no passado.

# Antonio Carlos Júnior quer ajustes na nova Lei das S.A.

Para senador, legislação precisa de aperfeiçoamento para se adequar à realidade internacional, sobretudo quanto ao controle das empresas

Ao analisar o projeto recentemente aprovado pelo Senado que altera a legislação das sociedades por ações, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) comunicou que já iniciou conversações com o senador Paulo Hartung (PPS-ES) para estudar a elaboração de um texto legal que complemente a nova lei, que foi enviada à sanção presidencial.

Mesmo reconhecendo que o projeto representa um avanço com relação à legislação atualmente em vigor, Antonio Carlos Júnior pretende propor alterações que ajustem a legislação brasileira à realidade internacional, sobretudo no que diz respeito à igualdade de



Antonio Carlos Júnior destacou inovações da lei das sociedades por ações

condições entre os sócios controladores e minoritários nas empresas. Ele lembrou que, como membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), poderia ter formulado emenda neste sentido. Não o fez, conforme explicou, porque se a matéria sofresse alteração teria que retornar à Câmara dos Deputados.

— Posicionarmo-nos contrariamente ou atrasarmos a aprovação do projeto de lei poderia representar um desserviço ao país. Portanto, consideramos as respectivas evoluções e contribuimos para torná-las efetivas o quanto antes. Mas não sem assumirmos, neste momento, o compromisso de no-

vas propostas, que haverão de suprir as lacunas porventura existentes nas alterações trazidas ao exame do Senado Federal — afirmou Antonio Carlos Júnior.

O senador pela Bahia citou várias vantagens que a Lei das S.A. trará imediatamente ao mercado, com a ampliação dos direitos dos acionistas minoritários e detentores de ações preferenciais. Ele destacou o aumento do poder decisório dos minoritários, que passarão a ter a possibilidade de assento no conselho de administração da sociedade se conseguirem reunir pelo menos 15% dos acionistas com direito a voto.

— Outra inovação trazida pelo projeto é a alteração a ser procedida na composição do conselho fiscal das sociedades por ações — disse ele.

## Hartung pede a aprovação de nova tabela de desconto do IR

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) dirigiu ontem apelo à Câmara dos Deputados, em especial aos líderes dos partidos, para que seja aprovado imediatamente o projeto de sua autoria que corrige em 28,4% a tabela de deduções e isenção do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas, congelada há seis anos.

Aprovado por unanimidade pelos senadores, ainda no ano passado, o projeto de Hartung tramita agora na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, tendo como relator o deputado Ney Lopes (PFL-RN). Segundo Hartung, o deputado já adiantou que irá

manter o texto enviado pelo Senado para impedir que modificações venham a exigir seu retorno à Casa de origem.

— O ideal é que a matéria já esteja em vigor para o exercício 2001 — disse o senador, observando que a nova tabela valeria para as declarações de renda a serem entregues no início de 2002.

Hartung lamentou que o governo não esteja negociando de boa fé a correção da tabela do IR, e que as autoridades da área econômica, no que diz respeito a este caso, limitem-se a afirmar que não podem perder arrecadação.

— Mas manter a tabela congela-



Paulo Hartung: manter a tabela do IR congelada por seis anos é confisco

da por seis anos não é mais arrecadar impostos, é confisco de renda; é mais uma distorção de um sistema todo torto que penaliza assalariados e as atividades produtivas — argumentou.

Hartung afirmou que o congelamento da tabela tem sido uma injustiça para com os trabalhadores. Em função da mera reposição da inflação em seus salários, ultrapassaram os R\$ 900,00 e passaram a recolher IR na fonte ou, então, pularam da alíquota de 15 para a de 27,5%, explicou.

## Eduardo elogia sistema carcerário do Tocantins

Vontade política para resolver os problemas gerados pela criminalidade e pelo sistema carcerário e investimentos de quase R\$ 500 milhões na área de segurança pública são, segundo Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), "mais um exemplo salutar que o estado do Tocantins dá ao país e que haverá de servir como paradigma para as ações vinculadas ao sistema prisional".



Para Eduardo, Tocantins dá mais um exemplo para o país

Desde 1999 o governo estadual investiu em torno de meio bilhão na aquisição de equipamentos, viaturas, armamentos, estrutura física e de pessoal, informou o senador. Nesse conjunto, segundo Eduardo, o fato mais relevante é o funcionamento da Casa de Custódia de Palmas.

Segundo relatou, o complexo tem capacidade para 363 presos, mas atualmente apenas 170 estão cumprin-

do pena, recebendo assistência médico-odontológica, além de acompanhamento jurídico prestado por uma equipe de estudantes de Direito em fase de conclusão do curso.

Na sua opinião, polícias mal equipadas, policiais mal treinados, sistema carcerário falido, distribuição de renda injusta e falta de valores são algumas das causas da crescente criminalidade registrada no país. A seu ver, o sistema penal brasileiro exige urgente reformulação, pois os presídios não podem continuar sendo "depósitos de presos e fábricas de criminosos".

# Sergipe cobra explicação sobre denúncia, diz Dutra

Matéria de jornal sobre suposta fraude envolve governo do estado no pagamento de R\$ 24 milhões a construtora

Afirmado que ainda não quer emitir juízo de valor sobre o caso, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, disse que a população de Sergipe espera pelo esclarecimento de denúncia de fraude, publicada inicialmente pelo jornal *Cinform*, de Aracaju, envolvendo o governador de Sergipe, Albano Franco, e seu tesoureiro na campanha da reeleição de 1998, José Nilton de Sousa.

Conforme o jornal, uma "operação estranha" teria levado a Companhia de Desenvolvimento Industrial de Sergipe (Codise) a fazer pagamentos à Construtora Celi, que ingressara na Justiça cobrando uma dívida do estado. A cobrança inicial, às vésperas das eleições de 98, era de R\$ 42 milhões e a Codise contestou a co-



José Eduardo Dutra: "Denúncias do jornal são gravíssimas"

brança. No entanto, poucos dias depois a Codise voltou atrás e celebrou acordo para pagar R\$ 24 milhões. Conforme o jornal *Cinform*, a Construtora Celi transferiu parte do dinheiro para a empresa paulista Trans-Zacon, a qual teria depositado posteriormente R\$ 6,9 milhões na conta pessoal do tesoureiro de campanha, José Nilton de Sousa. A Trans-Zacon teria capital registrado de apenas R\$ 5 mil.

O Ministério Público Federal em Sergipe vem investigando o caso e o processo já tem 2.500 páginas, de acordo com o jornal. Na sua última edição, o *Cinform* noticiou o que seria mais uma descoberta dos procuradores: o governador Albano Franco teria recebido um depósito do ex-tesoureiro José Nilton de R\$ 544 mil. O próprio

Nilton, diz o jornal, afirmou que o dinheiro se destinava a pagar uma dívida que ele tinha com Albano Franco. Em nota à imprensa, o governador contestou as denúncias e se colocou à disposição do Superior Tribunal de Justiça para quaisquer esclarecimentos.

José Eduardo Dutra observou que o caso deveria ser investigado pela Assembléia Legislativa de Sergipe, mas até agora os parlamentares não tomaram qualquer iniciativa com esse objetivo. Para ele, se o PT tivesse algum deputado estadual, este já teria pedido uma CPI para o caso. Dutra lembrou que em maio de 99 já havia feito discurso abordando as denúncias desse "estranhíssimo acordo".

— Nunca havíamos tido denúncia mais consistente com provas ou processos. A verdade é que as denúncias do jornal são gravíssimas e a sociedade sergipana espera cabal esclarecimento do caso — disse Dutra.

## Simon informa afastamento de diretora do BC

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) informou ontem ao Plenário que sentença proferida pela Justiça Federal em Brasília determina o afastamento da diretora de Fiscalização do Banco Central, Tereza Grossi, por sua participação na operação de socorro aos bancos FonteCindam e Marka. A operação resultou em prejuízo de R\$ 1,223 bilhão ao Tesouro Nacional.

Simon defendeu o afastamento da diretora, mesmo que o governo federal recorra da decisão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). Para ele, seria um absurdo recorrer mantendo Tereza Grossi no cargo. "Se houver ainda um mínimo de ética no governo, que recorra ao STF com a senhora Tereza Grossi afastada do cargo no Banco Central", afirmou.



Simon: seria absurdo manter Tereza Grossi

## Patrocínio entra no PTB e assume liderança no Senado

O senador Carlos Patrocínio (TO) comunicou oficialmente na tarde de ontem sua filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ele assumiu também a liderança da legenda, que contava anteriormente apenas com o senador Arlindo Porto (MG) e agora tem, além de Patrocínio, os senadores Fernando Bezerra (RN) e Carlos Wilson (PE). Segundo Patrocínio, ele escolheu o PTB por ter sentido maior afinidade com as propostas desse partido.

— Considero de grande importância a fundamentação histórico-filosófica do trabalhismo. Suas origens se confundem com a Revolução Industrial na Inglaterra do século 18. É uma tradição de defesa dos menos favorecidos



Patrocínio aponta tradição de defesa dos menos favorecidos

de Getúlio Vargas e lembrou a importância de conquistas do partido, entre elas o salário mínimo, a carteira de trabalho e o 13º salário.

Fernando Bezerra, em aparte, parabenizou Patrocínio pelo ingresso no partido. "O PTB cresce no cenário nacional. Trata-se de um partido plural, que abriga de empresários a trabalhadores", disse. Arlindo Porto também deu boas-vindas a Patrocínio, afirmando que a filiação do senador do Tocantins valorizou a sigla. "Uma bancada de quatro senadores permitirá fortalecer o processo democrático, com mais debate e troca de idéias", avaliou.

Já Leomar Quintanilha (PPB-TO) desejou boa sorte a Patrocínio no novo partido e lembrou que ambos trabalharam em conjunto em favor da criação do Tocantins e da realização de obras de infra-estrutura no estado.

## Para Roberto Freire, FHC tenta barrar o crescimento do PPS

Em nome do PPS, o senador Roberto Freire (PE) afirmou ontem que a tentativa do presidente Fernando Henrique Cardoso de tentar barrar o crescimento do partido, como foi noticiado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, significa um reconhecimento de que teme o PPS e a candidatura de



Freire defende retomada do diálogo com o PDT

Ciro Gomes. Freire disse que o presidente sempre mereceu o seu respeito e lamentou não estar sendo tratado da mesma forma. — Somos oposição, mas sempre tivemos um relacionamento fraterno e eu não esperava da parte dele a perseguição clara que estamos sentindo em todo o Brasil para tentar deter o crescimento do PPS, a ponto de fazer uma opção que ninguém imaginaria há algum tempo. O presidente diz: "Podem ir até para o PT" — citou o senador.

Segundo Freire, fica evidenciado que, mais uma vez, o presidente imagina que vai reeditar a tese

de 1998, de que o adversário bom é aquele que se pode derrotar com mais facilidade, no caso o PT, com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva.

Freire criticou também declarações de Lula ao jornal *O Globo* de ontem, em que o petista defende a barreira imposta pela União Européia aos produtos brasileiros. O senador lembrou que Lula é candidato à Presidência da República do Brasil e não representante da União Européia no país. O senador manifestou estranheza com o fato de Lula reconhecer o que chamou de "uma relação atrasada e equivocada que só sobrevive por conta da força política" e disse acreditar que Lula desmentirá a matéria.

Por fim, Freire defendeu a retomada do diálogo do seu partido com o PDT. Ele ressaltou que é preciso resgatar a aliança histórica com os trabalhistas, hoje no PTB e no PDT.

## Senadores prestigiam filiação de Sérgio Machado ao PMDB

O senador Sérgio Machado (CE) filiou-se ontem ao PMDB, deixando o PSDB, partido pelo qual foi eleito em 1994. A cerimônia de filiação de Sérgio Machado foi prestigiada pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e por outros quatro integrantes da bancada: Renan Calheiros (AL), Ney Suassuna (PB),



Sérgio Machado (C) deixou o PSDB por discordar da direção cearense do partido

Alberto Silva (PI) e Roberto Riquião (PR). Também estiveram presentes o presidente nacional do PMDB, Michel Temer, além do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e do secretário de Políticas Urbanas, Ovídio de Ângelis.

Sérgio Machado disse que deixaria o PSDB por discordar da direção cearense do partido, que não estaria praticando o que chamou de "democracia interna". Fator adicional apontado pelo senador seria o esgotamento do projeto político-administrativo comandado pelo governador do Ceará, Tasso Jereissati.

— É hora de mudar. Mudo de

partido, mas não de compromissos ou de ideais. No PMDB, poderei contribuir para escrever um novo capítulo na história do Ceará, mais justa e em consonância com suas altas tradições. O Ceará mudou muito. Mas ainda há muito por fazer, e não há tempo a perder — afirmou.

Ramez Tebet disse que o ingresso de Sérgio Machado no PMDB fortalece o partido. Conforme o presidente do Senado, as prévias peemedebistas, marcadas para janeiro de 2002, são a garantia de que o partido terá candidatura própria na eleição presidencial de 2002.



Francisco Dornelles foi recebido na manhã de ontem por Ramez Tebet

## Dornelles defende projeto de lei que flexibiliza a CLT

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem o ministro do Trabalho e Emprego, Francisco Dornelles. Foi uma visita de cortesia, disse o ministro, para cumprimentar Tebet por sua eleição para a presidência da Casa. À saída do encontro, Dornelles defendeu a importância e a oportunidade do projeto de lei com que o governo pretende flexibilizar alguns dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para, segundo disse,

“ampliar a geração de empregos”.

Apesar de ressaltar que não conversou com Tebet sobre o assunto, Dornelles manifestou a convicção de que “o Congresso certamente debaterá a proposta do Executivo e poderá contribuir para seu aperfeiçoamento, antes de aprová-la”. O projeto pretende dar mais força aos acordos coletivos (feitos por empresas) e convenções coletivas (feitos entre sindicatos patronais e de trabalhadores).



Emilia Fernandes e Heloísa Helena acompanharam, durante a audiência, os trabalhadores que defendem o fim dos vetos ao Plano Nacional de Educação

## Tebet recebe representantes de trabalhadores na educação

Dirigentes de entidades representativas dos trabalhadores na área de educação foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. Eles reivindicam a derrubada dos vetos aplicados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso no final do ano passado.

Ao lado das senadoras Heloísa Helena (PT-AL) e Emilia Fernandes (PT-RS), o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Carlos Abicalil, entregou a Tebet car-

ta em que expõe a trajetória de tramitação do plano, sua importância e os prejuízos causados pelos nove vetos do presidente da República. A entidade considera os vetos “uma afronta” e avalia que o plano será pouco efetivo com as restrições impostas.

O senador Ramez Tebet afirmou que considera a educação um elemento “estratégico para o desenvolvimento nacional” e prometeu contribuir para o amplo debate da questão, promovendo inclusive audiência pública no Senado sobre o Plano Nacional de Educação e os vetos presidenciais.

# Fim da contribuição sindical obrigatória em debate na CAS

Participarão da audiência pública, ainda sem data marcada, representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores

Os senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiram realizar audiência pública para debater, com representantes dos trabalhadores e dos sindicatos patronais, a obrigatoriedade da contribuição sindical. A audiência, ainda sem data marcada, servirá para orientar os integrantes da comissão na análise do projeto da senadora Marina Silva (PT-AC) que propõe a extinção do tributo. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

A audiência foi solicitada pelos senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Emilia Fernandes (PT-RS), em requerimento aprovado na reunião realizada ontem. Emilia justificou o pedido informando que tem recebido diversas manifestações de sindicalistas preocupados com o possível fim da contribuição.

— O assunto é polêmico e não conta com a unanimidade dos trabalhadores. Também não existe consenso entre os senadores e, portanto, a matéria precisa ser aprofundada — opinou Emilia Fernandes. Ela lembrou que a contribuição, mesmo questionável, mantém as entidades sindicais.

Os senadores Geraldo Althoff (PFL-SC) e Moreira Mendes (PFL-RO) apoiaram a audiência. A autora do projeto, senadora Marina Silva, disse que concordava com a iniciativa por considerá-la democrática, mas adiantou que tem posição formada sobre o tema.

— Eu penso que o imposto sindical é resultado de uma visão au-



Marina Silva é autora do projeto que extingue a contribuição. “Eu penso que o imposto não estimula a plena liberdade sindical”, disse

toritária do sindicalismo e cria verdadeiras burocracias, além de não estimular a plena liberdade sindical.

Por sugestão de Emilia Fernandes e Marina Silva, deverão ser convidados para o encontro representantes das três principais centrais sindicais — CUT, CGT e Força Sindical —, das confederações de trabalhadores e dos patrões e, ainda, da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais.

### TREINADOR DE GOLEIROS

Na mesma reunião, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) solicitou a retirada da pauta, por uma semana, para revisão do relatório, de projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que regulamenta a profissão de treinador de goleiros de futebol. Maguito reclamou do adiamento da votação da matéria, alegando que o assunto já foi amplamente discutido.

— A regulamentação é justa

pois, atualmente, todos os clubes dispõem de um profissional dessa categoria. Todos os ajustes já foram feitos e somente os formados em Educação Física ou que exerçam a profissão há mais de cinco anos poderão ser regularizados na função. Existe uma pressão dos formados que querem que apenas eles possam ser beneficiados, mas nós pensamos que não se pode elitizar a medida.

### MORADIA

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) solicitou a inclusão do senador Ademir Andrade entre os membros da Subcomissão de Moradia e Desenvolvimento Urbano da CAS, o que foi aceito pelo presidente da comissão, senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Mauro Miranda observou a importância de o grupo intensificar os trabalhos para atender a elevada demanda sobre o tema após aprovação do Estatuto da Cidade.

## Projeto garante benefício a mães de bebês prematuros

As mães de bebês prematuros poderão receber o salário-maternidade por um período maior, de acordo com projeto de lei do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) que está tramitando, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). De acordo com a proposta, o salário-maternidade será pago pela Previdência Social por um período acrescido do número de semanas equivalente à diferença entre o nascimento a termo (37 semanas) e a idade

gestacional do recém-nascido, comprovada em exame clínico.

O senador argumenta, na justificativa, que o recém-nascido prematuro deve receber aleitamento e cuidados maternos mais prolongados, uma vez que apresenta estado mais frágil em comparação às crianças nascidas a termo. O senador citou a Pesquisa Nacional sobre a Demografia e Saúde, realizada em 1996 pela Sociedade Civil do Bem-Estar Familiar no Brasil, segundo a qual o aumento do período

de aleitamento materno, de quatro meses e meio para sete meses, de 89 a 96, reduziu em 20% a desnutrição infantil e em 50% a taxa de mortalidade infantil causada por diarreia.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em países com mortalidade infantil moderada e alta as crianças que recebem aleitamento artificial correm risco 14 vezes maior de morrer por diarreia e são quatro vezes mais suscetíveis de morte por pneumonia. Além disso, as crianças que não recebem leite materno estão sujeitas a hospitalização numa proporção cinco vezes maior do que aquelas que recebem.

# Senado examina propostas contra desigualdades regionais

Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade querem garantir recursos para desenvolvimento das áreas mais pobres

Em primeiro turno, o Senado examina hoje duas propostas de emenda à Constituição destinadas a reduzir os desequilíbrios regionais. Uma PEC – já pronta para votação – é do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), e a outra – em quarta sessão de discussão –, do senador Ademir Andrade (PSB-PA). Se aprovadas, as propostas aumentarão recursos para as regiões mais pobres do país.

A emenda de Valadares torna o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste permanentes na estrutura jurídica brasileira. Os dois fundos foram criados por medida provisória e o objetivo de Valadares é impedir que o governo os revogue ou cancele a transferência de recursos neles prevista.

A proposta exige que a lei fixe os valores anuais destinados a esses fundos, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais. Também proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo a eles recorra na hipótese de incerteza em relação à arrecadação tributária e ao cumprimento

das metas do déficit público.

A emenda de Ademir Andrade aumenta o percentual de receitas tributárias destinadas ao financiamento do setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A proposta eleva de 47% para 48% a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) destinada aos fundos de participação dos estados e municípios e aos fundos de desenvolvimento das três regiões. Ou seja, a parte da União no IR e no IPI cairá de 53% para 52% da arrecadação.

O percentual resultante desse aumento integrará a parte relativa aos fundos de financiamento do

Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que fica então aumentada de 3% para 4%. Além disso, a divisão dessa receita passa a ser a seguinte: 1% para o Norte (hoje é de 0,6%), 1% para o Centro-Oeste (atualmente é de 0,6%) e 2% para o Nordeste (hoje 1,8%), permanecendo a garantia da destinação ao semi-árido de metade dos recursos desta última região.

Na mesma sessão, o Senado vota projeto da Câmara dispoendo sobre as benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para reforma agrária. O texto tem parecer favorável do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos na forma de substitutivo.



Propostas de emenda à Constituição de Ademir Andrade e Antonio Carlos Valadares são examinadas em primeiro turno

## Fundo da Amazônia tem fila de projetos esperando recursos

A presidência do Banco da Amazônia (Basa) enviou documento aos senadores que joga por terra a argumentação do Executivo contra a proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade que aumenta o volume de dinheiro para os fundos regionais de desenvolvimento. Desde o ano passado, não há sobra de dinheiro no Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – pelo contrário, a fila de projetos remanescentes de 2000 exigiria recursos adicionais de R\$ 452 milhões. No entanto, o Orçamento da União prevê que a Amazônia terá neste ano uma verba de R\$ 430 milhões.

Conforme o documento, realmente havia até 1999 dinheiro em caixa, mas uma mudança na burocracia permitiu maior agilidade na análise e aprovação de projetos das empresas. Com isso, foi emprestada às indústrias da Amazônia não só a destinação do ano,

mas também a sobra de R\$ 697 milhões proveniente dos anos anteriores.

A fila de projetos no Basa, encarregado de emprestar o dinheiro do fundo, deverá aumentar ainda mais a partir de agora. Uma lei aprovada em janeiro incluiu as empresas de comércio e de serviços entre as companhias com direito a pleitear financiamentos dos fundos regionais. Com essa mudança, prevê-se inclusive que a sobra dos fundos de Desenvolvimento do Centro-Oeste e do Nordeste também seja eliminada.

Na justificativa de sua proposta de mudança constitucional, Ademir Andrade argumenta que a falta de investimentos tem levado as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste a perder participação na geração de riqueza do país. O PIB das três regiões, que em 1996 representava 23,4% do PIB do país, caiu para 22,6% em 1998, informa o senador.

## CPI ouve presidente do conselho fiscal do Vasco da Gama



A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga denúncias de irregularidades no futebol brasileiro reúne-se hoje, às 10h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, para ouvir o depoimento de Geraldo Teixeira da Silva, presidente do conselho fiscal do Vasco da Gama.

A CPI do Futebol é presidida pelo senador Álvaro Dias (PDT-PR) e tem como relator o senador Geraldo Althoff (PFL-SC).



Geraldo Althoff é o relator da CPI que investiga irregularidades no futebol



Subcomissão promoveu debate entre representantes do setor de audiovisual sobre a MP que estabelece a política nacional de cinema

## MP do Cinema divide opiniões durante audiência pública

A Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática promoveu ontem o primeiro debate reunindo representantes dos segmentos mais expressivos do setor de audiovisual brasileiro sobre a medida provisória, editada em setembro passado, que estabelece princípios gerais da política nacional de cinema.

– Nós estamos botando ordem no terreno baldio onde estava sendo depositado o lixo audiovisual internacional – afirmou o produtor Luiz Carlos Barreto.

Ele, assim como os convidados Evandro Guimarães, vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; Gustavo Dahl, diretor de cinema, e os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE), posicionaram-se favoravelmente à medida provisória. Já Steve Solot, vice-presidente da Motion Pictures Association (MPA), e Marcos Bitteli, especialista nas áreas de legislação e exibição, criticaram o documento.

Bitteli considerou a MP inconstitucional e Steve Solot disse que, para o grupo que ele representa (Fox, Universal e Warner Brother, entre outros), a medida significou “surpresa e decepção”, enquanto Lúcio Alcântara defendeu o direito do Brasil de proteger seu patrimônio audiovisual.

– Não tem nada de xenofobia. Os Estados Unidos têm práticas protecionistas, por que nós não podemos ter? – perguntou.

Solot afirmou que, devido “ao forte impacto que a MP provocará na lucratividade do grupo”, a MPA deve recorrer a medidas judiciais para reverter essa situação. Ele e Bitteli acusaram o governo de ter agido “sem transparência” na elaboração da me-

didada provisória. No entanto, manifestaram confiança na possibilidade de o próprio Congresso Nacional realizar algumas mudanças e aperfeiçoamentos no documento.

Evandro Guimarães entende que a medida provisória contribuirá para o fomento do cinema brasileiro. Para ele, isso é tão importante quanto impedir a desnacionalização da Petrobras. Segundo o vice-presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo, é legítimo que sejam dados aos brasileiros mecanismos que fomentem a sua participação no mercado interno. Guimarães lamentou que a MP tenha se restringido ao cinema, em lugar de abarcar todo o espectro dos audiovisuais.

Já Gustavo Dahl ressaltou o forte predomínio do cinema americano (cerca de 80% a 90%) no mercado mundial. A reversão desse quadro só será possível se houver comprometimento do Estado, como o fez o governo brasileiro por meio da MP, assegurou.

Luiz Carlos Barreto historiou todo o processo que antecedeu a edição da medida provisória. Ele destacou a participação da Subcomissão de Cinema do Senado e, posteriormente, do Grupo Executivo de Desenvolvimento do Cinema (Gedic), e acusou setores da imprensa de estarem “distorcendo os efeitos das medidas propostas”.

O senador Roberto Saturnino, que presidiu a audiência pública, observou que esse debate significa a retomada do que vinha se processando na Subcomissão de Cinema, Comunicação Social e Informática do Senado. “Só que, agora, balizado pela MP” – disse ele.



Projeto de Carlos Bezerra torna mais abrangente desistência de contrato

## Bezerra propõe ampliação de direito do consumidor

Projeto de lei em exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, assegura ao consumidor o direito de desistir de contratos no prazo de sete dias, contados da data da assinatura ou do ato do recebimento do produto ou serviço, independentemente do local onde tenha ocorrido a contratação. Atualmente, o Código de Defesa do Consumidor assegura esse direito apenas quando a contratação ocorre fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

A proposta é de autoria do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), para quem o direito de arrependimento assegurado pela lei deve ser ampliado a todos os consumidores, que, segundo o senador, são levados a adquirir um produto ou serviço precipitadamente

devido à influência de ofertas ou publicidades "agressivas".

Na justificativa do projeto, Carlos Bezerra afirma que contratos de fornecimento de produtos ou serviços podem ser assinados pelo consumidor sem a devida reflexão em qualquer local, inclusive dentro do estabelecimento comercial.

O senador argumenta que o setor comercial dispõe de funcionários bem treinados, que aplicam modernas técnicas de convencimento, levando os consumidores, especialmente os mais humildes, a contratar impulsivamente.

— Por esse motivo, entendemos necessário ampliar o direito de arrependimento conferido pela lei ao consumidor, que passará a se aplicar, independentemente do local da contratação, no prazo estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor.

## Cândido quer publicações com mensagem contra o racismo

Projeto de lei apresentado pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ), que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa, determina que toda publicação oficial do governo dirigida à população contenha mensagem contra o racismo. Estabelece também a obrigatoriedade de os livros didáticos do ensino fundamental conterem temas relacionados à discriminação racial e determina tratamento e presença igualitários da raça negra em anúncios publicitários governamentais.

Na avaliação de Geraldo Cândido, o projeto promoverá a conscientização não discriminatória em toda a população, a partir dos mais jovens, já que prevê a obrigação de o governo tratar o assunto em publicações oficiais, em peças publicitárias e



Princípio da igualdade ainda não atingiu minorias raciais no país, afirmou Geraldo Cândido

nos livros didáticos.

O princípio constitucional de igualdade sem distinção de qualquer natureza, salientou o parlamentar, "ainda não se constituiu em verdadeiro direito para as minorias raciais brasileiras", que continuam sofrendo discriminação em várias esferas da sociedade.

# Projeto beneficia herdeiro de vítima de crime doloso

De autoria de Luiz Pontes, proposta em exame na CCJ garante auxílio de um salário mínimo a dependente e herdeiro carente

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa, projeto de lei de autoria do senador Luiz Pontes (PSDB-CE) com o objetivo de regulamentar o art. 245 da Constituição, que trata da assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso.

De acordo com o projeto, o auxílio financeiro recebido pelos dependentes e herdeiros equivale a um salário mínimo mensal. São considerados dependentes carentes aqueles que dependiam economicamente da vítima. Havendo mais de um dependente ou her-



Proposta de Luiz Pontes, que tramita em caráter terminativo, regulamenta dispositivo constitucional

deiro, o montante do benefício será distribuído, em partes iguais, a todos os beneficiados.

O projeto determina que será

suspenso o pagamento do benefício quando o dependente ou herdeiro atingir a maioria, falecer ou recuperar a capacidade de sustento.

Luiz Pontes argumenta, na justificativa da proposta, que o Estado tem como dever garantir a segurança pública e prestar bons serviços de previdência e assistência social. Uma vez que sua ação é falha nesse sentido, segundo o senador, é necessário

assegurar aos herdeiros e dependentes, vítimas da omissão do sistema público, a assistência devida pelo Estado.

## Coação poderá ser punida com até quatro anos de detenção

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto de lei que define o crime de coação no curso da atividade administrativa, sujeitando à pena de detenção de dois a quatro anos quem coagir funcionário subordinado a praticar ato ilegal. O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sebastião Rocha afirmou, na justificativa da proposta, que a legislação administrativa protege

muito mais a administração pública do que o funcionário, que, temendo represálias, acaba acatando as ordens de seus superiores. Ele esclareceu que o objetivo do projeto é desestimular "dirigentes inconseqüentes" a obrigarem seus subordinados a praticar ações ou omissões ilícitas.

— O episódio recente do painel eletrônico do Senado é exemplo eloqüente do que aqui se comenta — disse.

Para Sebastião Rocha, a existên-



Sebastião Rocha cita violação do painel eletrônico do Senado como "exemplo eloqüente" de coação

cia de punição para esse tipo de crime beneficiará o próprio serviço público, pelo "temor que infundirá nos poderosos".

## Ney Suassuna homenageia ex-prefeita de Patos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou projeto de lei dando o nome de Geralda Freire Medeiros, ex-prefeita de Patos (PB), à ponte sobre o Rio Espinharas que interliga as rodovias BR-230 e BR-361, naquele município. A matéria está tramitando na Comissão de Educação (CE).

Ao justificar a proposta, Suassuna lembra que Geralda começou a construir a ponte com recursos próprios quando prefeita de Patos, de 1989 a 1992. Foi sua obstinação que a fez conseguir recursos federais complementares necessários para construção das 20 colunas de sustentação e que representam 50% do conjunto da obra, quando os recursos próprios começaram a minguar e, posteriormente, acabaram, acrescenta.

O objetivo da proposta, explica, é prestar homenagem a uma "mulher extraordinária e singular que soube marcar de maneira indelével o seu tempo, atuando pioneiramente para transformar a vida de alguns municípios".

## Juvêncio sugere nome de Nossa Senhora do Pantanal para ponte



Juvêncio da Fonseca

A Comissão de Educação deve votar brevemente, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) que denomina "Ponte Nossa Senhora do Pantanal" a ponte sobre o Rio Paraguai, situada na BR-262, no município de Corumbá (MS).

Segundo o senador, o projeto foi elaborado para atender reivindicação da população de Mato Grosso do Sul, que elaborou um abaixo-assinado pedindo a denominação.

A ponte, disse Juvêncio, permite ligação à área do Pantanal e à Bolívia. Com extensão de 1.890 metros, em concreto armado, tem um vão central de 110 metros para navegação, informou.

# Aviação perdeu R\$ 1 bi no primeiro semestre

Em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Subcomissão de Turismo, dirigentes de empresas aéreas defendem medidas do governo para enfrentar a crise do setor

As quatro maiores empresas aéreas brasileiras – Vasp, Varig, Transbrasil e TAM – acumularam prejuízo de R\$ 1 bilhão no primeiro semestre. Desse total, as perdas da Varig foram de R\$ 509 milhões, segundo informou o presidente da empresa, Ozires Silva, em depoimento prestado ontem em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Subcomissão de Turismo convocada para analisar a situação da aviação comercial brasileira.

Ozires Silva e mais cinco representantes de empresas aéreas atribuíram a crise do setor à falta de política concreta para a aviação comercial. Eles reivindicam o aumento dos investimentos do governo no setor; a diminuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis; a redução das taxas cobradas no âmbito da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária (In-



Presidente da Subcomissão de Turismo, Moreira Mendes, com os dirigentes das empresas aéreas, durante a audiência pública

fraero); e a desregulamentação do setor. Essas medidas poderiam gerar maior competitividade, no entender dos executivos.

Os presidentes da Varig e do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, George Ermakoff, deixaram claro que a sobrevivência financeira da aviação comercial brasileira é praticamente impossível com o pagamento de 40% de ICMS sobre com-

busíveis. Ambos observaram que nos Estados Unidos a alíquota do imposto equivalente ao ICMS é de 5,5%, o que consideram justo.

Celso Cipriani, presidente da Transbrasil, José Carlos Mello, vice-presidente da Gol, e Marco Bologna, vice-presidente de Finanças da TAM, pediram ao governo federal maior estabilidade na política para a aviação comercial, a fim de que o em-

presariado tenha condições de planejamento, evitando-se principalmente os constantes aumentos nas tarifas de combustíveis. Na semana passada, observou Ermakoff, o governo acenou com uma elevação de 6%, o que provocou o agravamento da crise. Ele também criticou a cobrança de Imposto de Renda sobre o *leasing* (arrendamento) de aeronaves. A aquisição de aviões normalmente é feita pelo sistema de *leasing* com opção de compra ao final do contrato.

Na opinião do senador Roberto Requião (PMDB-PR), a crise por que passa a aviação comercial só será amenizada quando a economia brasileira se estabilizar. Motivo: as empresas do setor recebem em real e praticamente todas as suas despesas são pagas em dólar. Conforme Requião, o quadro da aviação é semelhante ao que se verifica em quase todos os outros setores da economia brasileira.



Segundo Quintanilha, "Palmas entra agora em sintonia com a mais moderna aviação do país"

## Quintanilha saúda inauguração de obras no Tocantins

A inauguração do Aeroporto de Palmas e da Usina Hidrelétrica do Lajeado – Luís Eduardo Magalhães foi registrada em discurso pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO). O senador participou, na manhã de ontem, do primeiro voo a deixar o novo terminal aeroviário da capital tocaninense.

Quintanilha disse que o aeroporto é uma obra com conceitos arquitetônicos e técnicos modernos. Lembrou que até a noite anterior Palmas usava uma avenida que funcionava improvisadamente como pista de pouso e decolagens para aviões.

– Palmas entra agora em sintonia com a mais moderna aviação do país – afirmou.

Para o senador, a construção da capital do mais novo estado brasileiro é “o mais complexo, amplo e importante projeto que está sendo implantado hoje no coração do país”. Ele acrescentou que as duas obras serão inauguradas no dia em que Tocantins completará 13 anos de existência.

Durante o voo, os passageiros observaram o enchimento da represa da usina hidrelétrica, na formação do que Leomar Quintanilha chamou de “um lago extraordinário”. O senador observou que com a conclusão da usina, levada a cabo pelo setor privado, o Tocantins deixará de ser importador de energia elétrica.

## Presidente da Vasp sugere reunir empresas numa “holding”

O presidente da Vasp, Wagner Canhedo, defendeu a formação de uma companhia *holding* para abrigar as cinco maiores empresas aéreas nacionais, com o propósito de operacionalizar o sistema de aviação comercial de grande porte. Somente dessa forma, entende o empresário, as companhias poderiam ter novo fôlego e superar a crise. Durante a audiência pública conjunta realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Subcomissão de Turismo, Canhedo previu que a união das empresas proporcionaria economia de aproximadamente US\$ 20 milhões por mês.

O presidente da Vasp também defendeu a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cobrado nos combustíveis. Lembrou que foi a crise cambial o fator preponderante na elevação do endividamento, agravado com a desvalorização do real em janeiro de 1999. Ele acha que a cobrança temporária do chamado imposto adicional de seguro, já em vigor, é válida, lembrando que foi criado tendo em vista o aumento do seguro das aeronaves depois dos ataques terroristas nos Estados Unidos.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) voltou a defender a criação da Agência Nacional da Aviação Comercial (Anac), como forma de dar maior tranquilidade ao empresariado e abrir caminho para a estabilização do setor. O senador Paulo Souto (PFL-BA), apesar de reconhecer que o setor está em grande dificuldade, lembrou que os governos estaduais vêm fazendo a sua parte, ou seja, melhorando e ampliando as instalações dos aeroportos. Ele pediu o retorno de vôos internacionais com escala no Nordeste.

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) sugeriu ao presidente da Subcomissão de Turismo, Moreira Mendes (PMDB-RO), que elabore documento com todas as reivindicações dos empresários para ser encaminhado ao governo federal. “Esse documento poderia ser uma contribuição da subcomissão para ajudar o setor a sair da crise”, disse o senador.



Agripino sugere documento com reivindicações e Tuma defende criação da Agência Nacional da Aviação Comercial



## Ozires Silva prevê demissão de 1.700 funcionários na Varig

“Todas as companhias aéreas nacionais estão pressionadas pelo endividamento e pelo fluxo de caixa”, disse o presidente da Varig, Ozires Silva, na audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Subcomissão de Turismo. Ele informou que a empresa está renegociando pagamentos com todos os fornecedores e devolvendo 15 aeronaves adquiridas pelo sistema de *leasing*.

Com a devolução das 15 aeronaves, que correspondem a 10% da frota, o presidente da Varig

anunciou que serão demitidos 1.700 empregados (10% do total).

Quanto ao recente aumento das passagens aéreas, Ozires explicou que ele resultou de decisões tomadas pelas companhias de seguro após os atentados terroristas contra os Estados Unidos. O preço do seguro de aeronaves triplicou após 11 de setembro, dia do atentado. “Isso corresponde a US\$ 80 milhões por ano somente como prêmio de seguro. As empresas brasileiras não têm condições de arcar com a despesa”, enfatizou.